



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de agravo na apelação cível n. 309.757-6**

Apelante: Tim Nordeste S/A

Apelado: Maria Gilvaneide Felix Rodrigues França

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**EMENTA:** Recurso de agravo na apelação cível – Ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais – Telefonia – Inscrição em serviços de proteção ao crédito - Serviço não contratado – Hipossuficiência – Cabível a inversão do ônus da prova – Ausência de prova de contratação do serviço cobrado – Dano que ultrapassa o mero aborrecimento – Danos morais devidos - Razoabilidade do montante de R\$ 9.000,00 – Recurso a que se nega provimento

1. Diante do poder econômico da operadora telefônica, fica evidenciada a hipossuficiência da consumidora, autorizando a inversão do ônus da prova.
2. A operadora não se desincumbiu de provar a contratação do serviço cobrado, sendo ilícita a cobrança e a consequente inscrição do nome da consumidora em órgão de proteção ao crédito.
3. A inscrição indevida ultrapassa o mero aborrecimento, sendo devidos os danos morais.
4. Razoabilidade do montante de R\$ 9.000,00, pois o STJ admite indenizações de até cinquenta salários mínimos em casos de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito.
5. Recurso a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Agravo na Apelação Cível n. 309.757-6, em que figuram como partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça que compõem a 3ª Câmara Cível, unanimemente, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso de agravo, na conformidade do relatório, do voto e da ementa que integram este julgado.

Recife, 29/5/14

  
**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de agravo na apelação cível n. 309.757-6**

Apelante: Tim Nordeste S/A

Apelado: Maria Gilvaneide Felix Rodrigues França

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**RELATÓRIO**

Trata-se de recurso de agravo interposto pela Tim Nordeste S/A contra decisão terminativa de minha lavra. Adoto o relatório da decisão ora agravada:

**Ação** (fls. 02/12): **Maria Gilvaneide Felix Rodrigues França** propôs ação declaratória de inexistência de débito cumulada com reparação por dano moral contra **Tim Nordeste S/A**, em virtude de inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. A autora afirma ter adquirido dois terminais telefônicos (879115403 e 879115657) e, enquanto estes não fossem ativados, recebeu um número provisório (8799246653).

Contudo, após a ativação dos terminais contratados, continuou a receber faturas do número provisório não mais utilizado, culminando na inscrição indevida de seu nome no rol dos inadimplentes, relativamente a fatura vencida em 22/10/2010.

**Contestação** (fls. 63/87): Entre outros argumentos, a Tim alegou ter sido o número temporário utilizado até 31/10/2010, em virtude do cancelamento de solicitação de portabilidade relativa a um terceiro número contratado (8791159026). Este terceiro número não foi informado pela autora na inicial.

**Sentença** (fls. 131/136): o juiz da 2ª Vara Cível de Garanhuns julgou **procedente** o feito, condenando a Tim ao pagamento de R\$ 9.000,00 por danos morais, corrigidos monetariamente desde a prolação da decisão. Segundo o magistrado, a operadora não provou a contratação do terminal informado na contestação (8791159026) e, conseqüentemente, não provou a utilização do número temporário até outubro de 2010.

Condenou ainda a empresa ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios de 15% sobre o valor da condenação.

**Apelação da Tim** (fls. 140/162): **Sem preliminares. No mérito**, requereu a total reforma da sentença, visando ao afastamento da condenação. Em síntese, alegou:

- (a) Inexistência de cobrança indevida, por ter Maria utilizado os serviços cobrados;
- (b) Não ter sido efetuada a portabilidade do número 8791159026, motivo pelo qual a autora usou o número temporário até 31/10/2010;
- (c) Ter havido mero aborrecimento e
- (d) Ser incabível a inversão do ônus da prova, pois estão ausentes os requisitos da hipossuficiência e da verossimilhança das alegações autorais.

**Subsidiariamente**, pleiteou a redução do montante indenizatório, por entendê-lo fixado em valor excessivo.

**Por fim**, para fins de prequestionamento, requereu pronunciamento sobre os seguintes dispositivos: art. 51 da Resolução 477 de 2007 da ANATEL; arts. 42 e 14 do CDC; art. 333, I do CPC; arts. 944 e 186 do Código Civil.

**Contrarrazões** (fls. 177/186): Maria pugnou pelo não provimento do apelo.

E acrescento:

**Decisão terminativa** (fls. 195/196): Esta Relatoria negou seguimento à apelação, diante de sua manifesta improcedência.

**Recurso de agravo da Tim** (fls. 199/209): Requer o juízo de retratação ou, não sendo este possível, o julgamento e provimento do recurso pelo Órgão Colegiado. Em síntese, alega:

- (a) Não ser cabível a inversão do ônus da prova, por ausência dos requisitos legais;
- (b) Ter Maria utilizado os serviços;
- (c) Não ter sido efetuada a portabilidade do número 8791159026, motivo pelo qual a autora usou o número temporário até 31/10/2010;
- (d) Ter havido mero aborrecimento e
- (e) Ser excessivo o montante indenizatório.

É o essencial a relatar. Feito fora de pauta.

Recife,

  
**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator



**TJPE**

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO  
3ª CÂMARA CÍVEL

**Recurso de agravo na apelação cível n. 309.757-6**

Apelante: Tim Nordeste S/A

Apelado: Maria Gilvaneide Felix Rodrigues França

Relator: Des. Eduardo Sertório Canto

**VOTO**

Entendo não merecer prosperar o pleito recursal, motivo pelo qual não exerço o juízo de retratação. Por conseguinte, remeto os autos para julgamento pelo Órgão Colegiado.

Verifico não ter a parte agravante trazido novos argumentos, limitando-se a reproduzir os argumentos do agravo de instrumento. Os tópicos presentes no recurso de agravo foram devidamente analisados na decisão terminativa, cujo teor passo a transcrever, com destaques em negrito para os principais trechos:

Não merece prosperar o pleito recursal.

**Primeiramente, há de se observar ser cabível no presente caso a inversão do ônus da prova em favor de Maria, diante de sua hipossuficiência.** Com efeito, é enorme a capacidade econômica da Tim, em comparação com a de Maria. Portanto, agiu acertadamente o juiz *a quo* ao determinar a inversão em sentença, na esteira do pacífico entendimento jurisprudencial:

SERVIÇO DE TELEFONIA. FATURAS. EXCESSIVIDADE. TERMINAL TELEFÔNICO DE TITULARIDADE DO 1º APELADO. CÔNJUGE. MERA USUÁRIA DA LINHA. ILEGITIMIDADE AD CAUSAM. INCIDÊNCIA DO CDC. ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO. COBRANÇA INDEVIDA. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. DANO MORAL. REDUÇÃO. JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA DA FIXAÇÃO EM DEFINITIVO. 1 - Tratando-se de terminal telefônico de titularidade do 1º apelado, há de se reconhecer a ilegitimidade ativa de sua cônjuge, mera usuária da linha, para pleitear o ressarcimento dos danos decorrentes da má prestação do serviço contratado, vez que tal pretensão somente diz respeito ao consumidor lesionado. 2 - **Considerando que a empresa apelante é parte mais forte na relação processual, uma vez que é dela a origem de toda e qualquer informação sobre o consumo mensal do terminal telefônico em questão, pertence também à mesma o ônus da prova, conforme a regra disposta no Código de Defesa do Consumidor**, no sentido de demonstrar que as ligações foram indubitavelmente efetuadas através do terminal telefônico do usuário reclamante, hipótese não vislumbrada na espécie, eis que sequer requereu a produção de prova pericial nesse sentido, valendo-se, tão-somente, das planilhas apresentadas. Cabível, portanto, a reparação por dano moral, em virtude da cobrança indevida, fazendo-se mister, no entanto, a redução do valor fixado pelo magistrado de piso, para adequar-se às peculiaridades do caso. Juros de mora a partir da citação e correção monetária a partir da fixação em definitivo. 2

(TJ-PE - APL: 929999 PE 71753-1, Relator: Alberto Nogueira Virgínio, Data de Julgamento: 09/02/2011, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 65/2011) (original sem destaques)

Tendo sido invertido o ônus da prova, verifica-se não ter a operadora demonstrado a litude da inscrição.

Tanto na contestação como na apelação, a Tim alega ter Maria contratado um terceiro número telefônico (8791159026), tendo sido usado um número temporário até outubro de 2010, em virtude do cancelamento da portabilidade.

Contudo, a operadora não juntou provas em seu favor, especialmente o contrato referente a este terceiro número. Portanto, não é cabível a alegação de licitude na cobrança da fatura de outubro de 2010, por ser referente a serviço não contratado por Maria.

Não tendo a Tim demonstrado a licitude da cobrança, são devidos os danos morais, pois a inscrição indevida ultrapassa o mero aborrecimento. Da mesma forma, deve permanecer o *quantum* de R\$ 9.000,00 fixado pelo juiz *a quo*, pois o STJ considera razoáveis, em tais casos, os montantes de até cinquenta salários mínimos. Neste sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. RAZOABILIDADE DO MONTANTE INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, apreciando as peculiaridades fáticas da causa, julgou procedente o pedido de indenização por dano moral deduzido em desfavor do agravante, haja vista a inscrição indevida do nome da agravada nos cadastros de proteção ao crédito.

2. A orientação pacificada no Superior Tribunal de Justiça é de que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso.

3. **Esta Corte firmou entendimento de que, em casos de indenização por danos morais, decorrentes de inscrição indevida em cadastro de proteção ao crédito, é razoável a condenação em até 50 (cinquenta) salários mínimos (da época do evento).**

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 310.148/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 11/12/2013) (original sem destaques)

E mais:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA. AUSÊNCIA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR ARBITRADO. PARÂMETROS DESTA CORTE. JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA Nº 54/STJ.

1. A Segunda Seção desta Corte, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.061.134/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, em 10/12/2008, DJe 1º/4/2009, pacificou entendimento de que a ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito enseja a indenização por danos morais, exceto se preexistirem outras inscrições regularmente realizadas.

2. **Segundo a jurisprudência desta Corte, é razoável o valor do dano moral fixado em até 50 (cinquenta) salários mínimos para os casos de inscrição inadvertida em cadastros de inadimplentes, devolução indevida de cheques, protesto incabível e outras situações assemelhadas.**

3. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, afastando-se a incidência da Súmula nº 7/STJ, somente comporta revisão por este Tribunal quando irrisória ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que o valor foi arbitrado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Precedentes.

4. A jurisprudência pacificada nesta Corte é no sentido de que os juros moratórios incidem desde a data do evento danoso quando a responsabilidade é extracontratual, aplicando-se ao caso a Súmula Nº 54/STJ.

5. Agravo regimental não provido.

226  
1  
(AgRg no REsp 1185357/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2013, DJe 10/10/2013) (original sem destaques)

Portanto, deve ser mantido não apenas o dever de indenizar, como também o *quantum* fixado pelo juiz *a quo*.

Por fim, não se vislumbra ofensa aos seguintes dispositivos: art. 51 da Resolução 477 de 2007 da ANATEL; arts. 42 e 14 do CDC; art. 333, I do CPC; arts. 944 e 186 do Código Civil.

Outrossim, por se tratar de ordem pública, fixo a incidência de juros de mora em 1% ao mês desde a data da citação (CPC - art. 219 e CC - art. 405), e a correção monetária a partir de sua fixação, qual seja, da sentença (Súmula n. 362/STJ); em virtude de relação contratual.

Face ao exposto, nos termos do art. 557, *caput*, do CPC, **nego seguimento** ao presente apelo, manifestamente improcedente, entretanto, retifico de ofício os juros de mora em 1% ao mês a partir da citação e correção monetária pela tabela ENCOGE a partir do arbitramento, em razão de indenização por danos morais oriunda de relação contratual.

Portanto, não há novos argumentos ventilados pela Tim, tendo a decisão terminativa analisado os tópicos levantados na apelação.

Face ao exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso de agravo, mantendo-se a decisão terminativa em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

  
**Eduardo Sertório Canto**  
Desembargador Relator